

A REPETIÇÃO LEXICAL COMO RECURSO DA ARGUMENTAÇÃO

FREITAS, Maria Noêmi F. C. Freitas

Universidade do Estado do Rio de Janeiro/SELEPROT/SMERJ

freitas.noemi@gmail.com

Resumo: Vista, outrora, como vício de linguagem, a repetição lexical pode, hoje, ser entendida como um recurso produtivo da argumentação capaz de criar “presença” e fazer o texto progredir, graças à noção de recategorização e a uma visão de língua como sistema de signos dinâmicos e possibilidades da expressão em atividades de interação verbal. A compreensão desse mecanismo e dos seus efeitos na interação promove o desenvolvimento da capacidade de interpretação e de uso da repetição lexical como recurso produtivo em textos argumentativos, o que faz do tema um conteúdo interessante para aulas de Português. Este estudo volta-se para a repetição de itens nominalizadores no engendramento argumentativo, tendo em vista a iconicidade produzida no processo repetitório dos itens lexicais em questão, as redes isotópicas constituídas nessa operação e o seu efeito na produção de sentidos dos textos, para o desenvolvimento da percepção leitora e da capacidade de produção linguística, com foco no ensino da língua materna.

Palavras-chave: Repetição; Recategorização; Iconicidade; Argumentação; Ensino.

1-Introdução

Nossa pesquisa de mestrado sobre a iconicidade do substantivo¹ abriu caminhos para estudos de vários aspectos relacionados com o seu tema, dos quais se têm originado trabalhos que temos apresentado em fóruns e publicações, com vistas ao desdobramento da pesquisa na construção da nossa tese de doutorado.

Tendo em conta a seleção de palavras na produção textual, observamos que o item repetido participa do engendramento argumentativo, como estratégia para criar presença, defender uma tese ou ponto de vista, fazendo o texto progredir. Voltando-nos para os itens lexicais nominalizadores, escopo da nossa análise, foi possível observar uma certa dinâmica, mudança ou extensão de significado que esses itens sofrem quando repetidos e que esse fato contribui para a trama argumentativa. Na repetição, o significado dessas palavras evolui dentro do próprio texto. Nesse caso, o procedimento não é só um recurso expressivo, ou enfático, é também produtivo. Então, propusemo-nos a investigar de que modo isso acontece e que contribuições para o ensino da leitura e da produção textual podemos almejar com esse estudo.

Essa proposta exigiu-nos examinar os processos de significação, o sistema semântico, os mecanismos argumentativos e a função textual dos nominalizadores, especialmente na repetição. Enquanto pesquisávamos, tivemos oportunidade de observar o recurso em textos sugeridos para o ensino da leitura e em redações argumentativas de alunos do 9º ano de uma escola municipal do Rio de Janeiro, dos quais destacamos um exemplar de cada para compor o *corpus* desta apresentação.

2-Visão de língua e significação

¹ FREITAS, Maria Noêmi F. da Costa. *Cigarras, formigas, severinos & cia.: um olhar atento para a iconicidade do substantivo*. - Dissertação de mestrado, UERJ, Instituto de Letras, 2008. Disponível na Internet, no endereço: <http://www.dominiopublico.gov.br>)

É importante destacar que um estudo dessa natureza só é possível quando a língua é entendida como um sistema de signos dinâmicos e de possibilidades de expressão na interação verbal, porque somente nessa visão cabe admitir processos semióticos ilimitados, no sentido de Eco (1973), nos quais

Um signo só se clarifica no próprio significado através da remissão para um interpretante, o qual remete para outro interpretante e assim por diante *ad infinitum*, (...) no decurso da qual o destinatário descodifica o signo originário na medida em que ele serve os fins da comunicação empreendida e os usos da referência nos quais pretende aplicá-lo (ECO, 1973, p. 155),

isto é, entendendo o signo quanto às próprias origens e aos seus efeitos sobre os destinatários, que é uma visão pragmática (cf. *ibidem*, p. 31).

A noção de interpretante é o modo que encontrou Peirce para resolver o problema da significação, rica e imprecisa. Essa noção nos permite perceber que, na vida da cultura, toda entidade pode aspirar a tornar-se independentemente significante e significado. Desse modo, /sal/ pode significar “cloreto de sódio” do mesmo modo que /cloreto de sódio/ pode significar “sal”. (cf. ECO, 2010, p. 18-19)

O interpretante é o significado de um significante, entendido na sua natureza de unidade cultural ostentada através de outro significante para mostrar sua independência (como unidade cultural) em relação ao primeiro significante. (*Ibidem*, p. 19)

A imagem de um gato pode ser traduzida num interpretante verbal (“gato”), assim como a palavra *gato* pode ser traduzida num interpretante imagético (a imagem de um gato). De todo modo, o campo de estímulos se apresenta como significante de um significado possível que já se possui antes da ocorrência perceptiva, por sugestão de uma cultura. (*Ibidem*, p. 24)

Eco cita Goodenough [1957]:

Todo objeto, evento ou coisa tem valor de estímulo para os membros de uma sociedade (...) na medida em que é um signo icônico que significa alguma forma correspondente na cultura deles. (GOODENOUGH, *apud* ECO, *ibidem*, p. 24)

O significado de um termo é uma unidade cultural. Esta define-se enquanto ‘posto’ num sistema de outras unidades culturais que se opõem e a circunscrevem: “Uma unidade cultural subsiste e é reconhecida na medida que existe outra de valor diverso. É a relação entre os vários termos de um sistema de unidades culturais que subtrai a cada um dos termos isolados tudo quanto ele aproveitou dos demais.” (*Ibidem*, p. 25). Isso significa que não lidamos com “ideias” ou entidades psíquicas, nem com referentes como objetos: lidamos com valores imanentes do sistema, com unidades culturais que não se definem pelo conteúdo, mas pelo modo como se opõem a outros elementos do sistema, e pela posição que aí ocupam. São definíveis e controláveis como puras diferenças. (Cf. *ibidem*, p. 26)

3-Iconicidade, redes isotópicas e projeto argumentativo

A habilidade do enunciador na ativação de itens léxicos para representar (ícones) ideias ou conduzir (índices) o interlocutor à mensagem básica da comunicação é um dos fatores determinantes do nível de iconicidade textual. E a condição para a disponibilização de itens suficientes à expressão das ideias de forma icônica está na dimensão e qualidade do repertório do enunciador. (Cf. SIMÕES, 2009, p. 86). Essa habilidade demanda certo domínio da língua-objeto, esqueleto sistêmico para a estruturação do texto. O vocabulário ativado (emergente do paradigmático para o sintagmático) organiza-se em pistas icônicas e indiciais responsáveis, na matéria verbal, pela produção de trilhas temáticas formadoras de sentido. Nessas trilhas (isotopias), as palavras-chave (âncoras textuais) são a garantia mínima de uma interpretação.

Tendo o texto como mediador na atividade comunicativa e partindo-se da premissa de que a todo projeto de dizer subjaz uma intenção de *fazer-fazer* (cf. SEARLE, 1984), ou seja,

de persuadir alguém a aceitar uma tese e, por conta disso, passar a proceder de uma determinada maneira (cf. SIMÕES, 2007, p. 57 e 2009, p. 93), a seleção dos signos e os seus arranjos (formadores das redes isotópicas) são estratégias argumentativas, na medida em que representam e correspondem, iconicamente, ao projeto idealizado pelo autor (argumentador) e arrastam consigo uma mudança de perspectiva.

4-O sistema semântico

Marques considera inerente ao processo de significar certo grau de indeterminação: de um lado, considerando que uma palavra tem tantos sentidos quantas sejam as suas realizações contextuais e, de outro, que a indeterminação inerente ao significado decorre do fato de uma palavra ter um sentido básico a que se somam fatores circunstanciais (cf. MARQUES, 2003: 61). Nesta visão, o significado básico da palavra é o sentido denotativo. Os valores de significado contextuais ou situacionais incluem-se no sentido conotativo. No plano da conotação, destacam-se: “matizes de significado que uma palavra passa a ter por associação de semelhança ou de contiguidade com os demais elementos do sistema da língua, com o referente, com a mensagem em si, com a situação de uso...” (MARQUES, 2003: 62).

O uso contribui para a evolução semântica dos signos linguísticos.

Ullman (1987, p. 438 e seg.) aponta a imprecisão do próprio significado e o fenômeno da polissemia, que introduz na língua um elemento de flexibilidade, como causas possíveis da evolução semântica das palavras. Para ele, palavras individuais podem adquirir e perder significados com a maior facilidade.

Para Bakhtin, tanto a denotação (definida como significação objetiva) como a conotação e, até mesmo, a mudança de significação devem-se à apreciação como fenômeno da evolução semântica e estão associadas a um julgamento de valor. Aliás, nesse ponto de vista, a mudança de significação é sempre uma *reavaliação*: “o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro” (BAKHTIN, 1979, p. 121). Para ele, os julgamentos de valor da sociedade refletem-se, inevitavelmente, na língua e nos processos de comunicação. Nesse sentido, a estabilidade e a identidade, na língua, são sempre provisórias. (Ibidem, p. 118-122)

Bakhtin/Voloshinov (cf. CEREJA, 2005 e BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1979, P. 114 e seg.) sugerem que se pense “o signo não apenas no domínio da língua, mas também no domínio do discurso e, portanto, da vida” (CEREJA, op. cit.). Por ocasião e a partir da formulação do conceito de *signo ideológico*, propõem a distinção entre *significação* e *tema*: a significação é definida como capacidade potencial de construir sentido (historicamente assumido em virtude de seus usos reiterados), própria dos signos linguísticos e das formas gramaticais da língua, é o nível mais estável dos signos e enunciados; o tema, único, irrepetível, é indissociável da enunciação e, como esta, a expressão de uma situação histórica concreta, constituindo-se dos elementos estáveis da significação associados aos elementos extraverbais que integram a situação de produção, recepção e circulação. O tema é, assim, o resultado final e global do processo de construção de sentido, passada a “fase interpretativa da cognição” (SANTAELLA, 2002, p. 40), tomando-se o termo “final” num sentido não estático, referindo-se ao “teor coletivo da interpretação, um limite ideal, aproximável, mas inatingível, para o qual os interpretantes dinâmicos tendem” (ibidem, p. 41). Desse modo, o sistema de significação torna-se flexível, mutável, renovável a cada atualização do signo, a cada enunciação, e também tende a uma cognição social.

5-Seleção, repetição e argumentação

Como recurso da seleção lexical para sustentar ou defender uma tese, a repetição lexical ativa e reativa o signo, que acaba por desencadear, uma rede isotópica, ou seja, um recorte temático capaz de conduzir o leitor ao raciocínio interpretativo idealizado pelo produtor do texto.

A qualidade diferenciada do signo a cada atualização/enunciação, nesse processo repetitório, decorre da insistência, que prolonga a atenção, aumenta a presença e a emoção na consciência do leitor, arrastando consigo uma mudança de perspectiva (cf. PERELMAN, 1987: 243-4).

Segundo Perelman (Ibidem, p. 244), a presença age diretamente sobre a nossa sensibilidade:

Com vista à criação de presença, é útil insistir longamente em certos elementos (...): prolongando a atenção que se lhes dá, aumenta-se a sua presença na consciência dos auditores. É demorando sobre um assunto que se criará a emoção procurada. (Ibidem, p. 244)

Mas, conforme temos visto, o signo repetido nunca será o mesmo, pois, a cada nova enunciação, ele é reavaliado, atualizado, recategorizado, carregando consigo o conteúdo básico (a denotação, correspondente à *significação* de Bakhtin) acrescido de um elemento constituído na nova situação verbal em que se apresenta (o sentido conotado, correspondente ao *tema*, de Bakhtin).

Na perspectiva da coesão textual, a repetição lexical é um caso de reiteração ou recorrência de termos, e corresponde ao mecanismo chamado por alguns linguistas *coesão recorrencial*, por outros, correferência. Mas também faz o texto avançar.

Nem sempre bem vista fora da linguagem poética e a despeito de ser tratada como “vício” ou *marca da oralidade*, por seu efeito icônico-argumentativo, é, entretanto, estilisticamente positiva.

6-Referenciação e ponto de vista

Na esteira da Linguística Textual, no tratamento que ora damos ao mecanismo da repetição lexical, cabe compreender a referência como um processo discursivo e os referentes como objetos de discurso. Essa concepção nos orienta para uma função instrucional e construtiva da referência. Nessa perspectiva, a referenciação é um indício da articulação cultural do sentido, e esta, um reflexo da relação do indivíduo com a realidade. Os objetos de discurso são construtos culturais e a referência, condicionada pelo ponto de vista do enunciador, implica categorização e identificação dos referentes, à medida que se desenvolve o discurso.

Não esquecendo que as práticas languageiras são interacionistas e que, portanto, concernem a negociações intersubjetivas de sentidos (partilhamentos, refutação, desqualificação e modificação de sentidos), é fato a vontade de seduzir e persuadir entre os sujeitos que participam da interação verbal. Nessa atividade, objetos de discurso são dinâmicos: “uma vez introduzidos, eles podem ser modificados, desativados, reativados, recategorizados, contribuindo para (re)construir o sentido no curso da progressão textual” (cf. CORTEZ, 2012) e para a (re)construção de pontos de vista, que é função pragmática da interação e da argumentação.

6-Referenciação, nominalizadores e iconicidade verbal

Koch contempla a referenciação como atividade discursiva que consiste em escolha do material linguístico por parte do sujeito, durante a interação verbal, para representar estados de coisas, com vistas à concretização de um projeto de dizer. Nessa atividade, incluem-se as formas de nomeação, entendidas como um modo de interagir com o mundo: de, num só tempo, interpretar e (re)construir o mundo, operando com a memória discursiva e com processos de *anaforização*, nos quais intervêm o saber construído linguisticamente pelo próprio texto e os conteúdos inferenciais que podem ser calculados a partir de conteúdos linguísticos tomados como premissas, graças aos conhecimentos lexicais, aos pré-requisitos enciclopédicos e culturais e aos lugares-comuns argumentativos de uma dada sociedade. (KOCH, 2006: 62.)

Nessa (re)construção, avaliam-se e categorizam-se os modelos textuais, que se estabilizam ou se modificam por meio de novas referenciações.

As “premissas”, os “conteúdos linguísticos” a que se refere Koch, são, na perspectiva da iconicidade verbal, “pistas de leitura” (SIMÕES, 2009).

7-A (re)categorização do referente na repetição

Koch apresenta os dois casos de introdução (ativação) de referentes textuais apontados por Prince (1981): a introdução “ancorada” e a introdução “não ancorada”. A primeira dá-se por associação com elementos presentes no cotexto ou no contexto sociocognitivo e/ou por inferenciação, e pode explorar relações metonímicas. É, para Koch, o caso das nominalizações. A segunda, se é introduzido no texto um objeto de discurso totalmente novo. É o caso das expressões nominais (cf. KOCH, 2006: 64-66).

Do modo como temos visto a repetição dos itens lexicais nominalizadores, entendemos que os elementos repetidos apresentam-se ancorados parcialmente em seus referentes do cotexto, no limite da denotação, com um traço conotativo que faz de cada nova forma reintroduzida um elemento recategorizado, portanto, um dado novo, resultante de uma atualização e evolução no próprio texto, contribuindo, assim, para a argumentação e para a progressão textual.

8-A articulação discursivo-argumentativa

Koch (2006, p. 131) descreve os articuladores discursivo-argumentativos como: “operadores que articulam dois atos de fala, em que o segundo toma o primeiro como tema, com o fim de justificá-lo ou melhor explicá-lo; contrapor-lhe ou adicionar-lhe argumentos; generalizar, especificar, concluir a partir dele; comprovar-lhe a veracidade; convocar o interlocutor à concordância etc., sendo, assim, responsáveis pela orientação argumentativa dos enunciados que introduzem”. Mas apresenta nessa função elementos como: ou, mas, portanto, ainda que, aliás, afinal, ou seja, ora, daí que. Entretanto, observamos que palavras nominalizadoras repetidas também podem cumprir essa função. Elas constituem, no mínimo, um novo argumento.

9-Análise do corpus

I- Vejamos o seguinte trecho extraído do texto *O Império do Consumo*, de Eduardo Galeano²:

*“A maioria, que contrai **dívidas** para ter coisas, termina tendo apenas dívidas para pagar suas **dívidas** que geram novas **dívidas**, e acaba consumindo fantasias que, às vezes, materializa cometendo delitos.”*

Análise: Nota-se, nesse trecho, um caso de recategorização do referente, formando-se uma rede de sentido, considerando-se que, a cada ocorrência, há uma mudança de perspectiva. O significante ganha novo significado ou este expande-se. A palavra marca “presença”, prende a atenção e afeta a sensibilidade do interlocutor. Articula um tema e uma predicação que, a cada ocorrência, se modifica: “**dívidas** para ter coisas”; “**dívidas** para pagar suas dívidas”; “**dívidas** que podem levar a cometer delitos”. Cada nova predicação (re)qualifica o referente da palavra repetida, proporcionando uma reconstrução clara do objeto de discurso. Cada significado reconhece-se pela diferença, pelo sentido conotado (o *tema*, de Bakhtin). Desse modo, cada atualização do termo (significante) constitui uma nova unidade cultural, ancorada ‘parcialmente’ na unidade cultural anterior (no que diz respeito ao traço denotativo). Parcialmente, porque, apesar da relação anafórica com essa unidade anterior, pelo que subtrai dela, seu valor (interpretante) é redefinido pelo ponto de vista e pela sua atualização no

² Eduardo Hughes Galeano (Montevideu, 3 de setembro de 1940) é um jornalista e escritor uruguaio. É autor de mais de quarenta livros, que já foram traduzidos em diversos idiomas. Suas obras transcendem gêneros ortodoxos, combinando ficção, jornalismo, análise política e História (cf. Wikipédia, acesso em 13/11/2013). O texto, traduzido por Verso Editores, apresenta-se, adaptado, como sugestão para leitura em caderno de *Reforço Escolar* (9º ano) da Rede Municipal de Ensino da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (s/d), distribuído entre professores, no ano letivo de 2012, e pode ser encontrado, na íntegra, no endereço eletrônico: <http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/Eduardo-Galeano-e-o-imperio-do-consumo/2/24179>.

próprio contexto (sentido conotado), decorrendo disso uma adição de argumentos, o que faz da repetição do item lexical, no nosso modo de entender, um articulador argumentativo.

II- Este segundo texto é uma produção de aluna de 9º ano, de escola municipal do Rio de Janeiro, no ano letivo de 2013. A motivação para o tema foi a leitura de uma reportagem publicada na Revista ÉPOCA³, discutida e analisada. A proposta de produção textual foi, basicamente, opinar sobre o que é felicidade, seguindo a estrutura estudada do texto argumentativo. A reprodução a seguir é cópia fiel do texto da aluna.

“Bem, para mim, a felicidade é um sentimento puro e contagiante. Basta eu ta com minha família, amigos. A felicidade está nas coisas mais simples.

Quando eu estou triste, procuro meus amigos e vou jogar bola, como eu disse: a felicidade está nas coisas mais simples.

Felicidade é viver em comunhão, poder ter um amigo pra contar, um amigo mais chegado que irmão.”

Também temos a felicidade momentânea, a quela que ficamos felizes por momento, por cada segundo. Na minha opinião isso não é bom, porém não ficamos felizes sempre, ficamos na indecisão.

Enfim, felicidade é tudo, poucos sabem o verdadeiro significado.”

Análise: A aluna escolheu o recurso produtivo da repetição lexical, supostamente com intenção de criar presença, como fora apontado por Perelman, demonstrando domínio e competência na utilização do recurso escolhido para o desenvolvimento da sua argumentação. Com o nominalizador repetido (signo do objeto que lhe coubera definir), construiu uma rede isotópica, recategorizando o referente e, com isso, apresentando, a cada ocorrência da palavra *Felicidade*, um novo objeto de discurso, por meio de predicções expressivas da sua cultura e da sua visão de mundo (os interpretantes que lhe pareceram disponíveis). Demonstrou, com isso, saber fazer o texto progredir, com continuidade e clareza de intenções. Demonstrou reconhecer os matizes de significado que o signo carrega, a sua imprecisão e os diversos interpretantes que lhe cabem. E soube explorar-lhe esses valores com a repetição. Apesar de pequena falha na conclusão, com a expressão “felicidade é tudo”, possivelmente significando “felicidade é tudo isso” (não sabemos), ou exagerando na generalização, desenvolveu a estrutura argumentativa e a sua linha de pensamento em consonância com a proposta que lhe fora dada, com a sua tese (“*A felicidade está nas coisas mais simples.*”) e, certamente, com o seu projeto de texto, possivelmente revelado em: “*a felicidade está nas coisas mais simples... poucos sabem o verdadeiro significado*” (tudo indica que era a esse ponto que ela queria chegar). A despeito de alguns problemas, em geral de ordem linguística, demonstrou conhecer a estrutura do texto argumentativo, deu conta dos argumentos e da sua articulação, utilizando-se do mecanismo da repetição lexical entre outros recursos.

10-Conclusão

Se, com o recurso da repetição dos itens nominalizadores, referentes são reavaliados e recategorizados, constituindo-se novas informações, essa operação faz o texto progredir. É, assim, um elemento da coesão textual e da produção de sentido.

Se esse recurso convida o interlocutor a (re)pensar seus conceitos, suas convicções, a partir de diferentes pontos de vista que lhe são apresentados sobre um mesmo objeto de discurso, incitando-o a uma mudança de perspectiva, é um recurso argumentativo.

Se articula partes do texto, acrescentando argumentos, especificando, concluindo, comprovando veracidade, convocando o interlocutor à concordância e até responsabilizando-se pela orientação argumentativa dos enunciados que introduz, é um articulador discursivo-argumentativo.

³ Disponível no endereço eletrônico: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/O,EMI235093-15228,00-O=MITO+DA+FELICIDADE.html> e reproduzida, adaptada, o Caderno Pedagógico do 4º. Bimestre, do Ginásio Carioca, LP9 (9º ano), da Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura do Rio de Janeiro, ano letivo 2013.

Por serem investidas de um valor condicionado pela situação de uso e pela qualidade dos membros da intelocução, as palavras individuais nominalizadoras podem assumir diferentes matizes e atualizar o seu significado a cada ocorrência, constituindo, por essa propriedade, uma qualidade de signo que, explorado na “repetição” - e, agora, empregamos as aspas, porque a palavra repetição, aí, ganha um novo interpretante, por já se ter visto que, nesse caso, só pode ser aplicada à forma – é um rico recurso argumentativo.

Desse modo, sugerimos observação e análise cuidadosa da repetição lexical como recurso linguístico, para fins de interpretação, produção textual, argumentação e para o ensino produtivo dessas atividades.

11-Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochinov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1979.
- CEREJA, William. *Significação e Tema*. In: BRAIT, Beth (org.): *Bakhtin, conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005 (p. 201-220).
- CORTEZ, Suzana Leite. *Referenciação e ponto de vista*. In: KOCH, Ingedore Villaça, MORATO, Edwiges Maria. BENTES, Anna Christina (orgs.) – 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2012, pág. 317-337.
- ECO, Umberto. *O signo*. Trad. Maria de Fátima Marinho. Rev. Wanda Ramos. Barcarena: Editorial Presença, 2004. Título original: *Segno*, 1973.
- _____. *As formas do conteúdo*. Trad. e rev. Pérola de Carvalho. 3. rev. e 3. reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2010 - (Estudos: 25/dirigida por J. Guinsburg). Título original: *Le forme del contenuto*, 1999.
- KOCH, *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. 2. tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MARQUES, Maria Helena Duarte. *Iniciação à Semântica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- PERELMAN, Chaïm. *Argumentação*. In: Enciclopédia Einaudi. Volume 11. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987, pág. 234.
- PRINCE, Ellen F. *Toward a Taxonomy of given-New information*. In COLE, P. (ed.) *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981.
- SANTAELLA, L. *Semiótica Aplicada*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- SEARLE, John R. *Os Actos de Fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Coimbra: Livraria Almedina, 1984.
- SIMÕES, Darcília. *Iconicidade e Verossimilhança: Semiótica aplicada ao texto verbal*. Edição online. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2007.
- _____. (Autora e Editora). *Iconicidade verbal: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2009. – Publicações Dialogarts.
- ULLMAN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Ed. Calouste Gulbekian, 1987.